

A dimensão ambiental do conhecimento histórico:

Entrevista com José Augusto Pádua

Alessandra Izabel de Carvalho*

Robson Laverdi**

Transcrição: Danusa de Lourdes Guimarães da Silva***

Entrevistar pessoas sempre é uma oportunidade única de enriquecimento para os envolvidos, especialmente aos que se mobilizam numa audição aprendiz. Numa entrevista participamos da oportunidade ímpar de nos conectar de maneira vívida com a experiência e pensamento ativo das pessoas com quem buscamos dialogar. É bem verdade que entrevistas gravadas quase sempre culminam em textos. É preciso asseverar, todavia, que textos originados de entre-vistas comunicam ideias com uma vivacidade peculiar. Eis que aqui buscamos oferecer uma escrita do diálogo oral que constituímos com José Augusto Pádua, um dos mais importantes e renomados historiadores brasileiros da atualidade. A despeito da profundidade e beleza de seus textos no campo da história ambiental, nesta oportunidade buscamos oferecer uma leitura de seu pensamento vibrante modulado pela plasticidade da oralidade.

Durante visita ao Programa de Pós-Graduação em *História, Cultura e Identidades*, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, José Augusto Pádua participou também de atividades de pesquisa e ensino junto ao *Laboratório de Pesquisa em Memória, Cultura e Natureza*. Na ocasião, além de debater com graduandos e pós-graduandos, concedeu entrevista aos historiadores Alessandra Izabel de Carvalho e Robson Laverdi, que aconteceu no dia 24 de setembro de 2014. Além da força de suas ideias comprometidas com a dimensão ambiental do conhecimento histórico, a generosidade com que comunica sua maturidade intelectual, totalmente desprovida de traços de pretensão e

* Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: ale.marumbi@gmail.com

** Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: robson_laverdi@hotmail.com

*** Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: guimaraesdanusa@yahoo.com.br

arrogância, dá validade ímpar ao material que aqui buscamos dividir com o grande público.

Na entrevista coletiva que aqui publicamos, somos convidados a mergulhar na história de sua trajetória intelectual a partir de sua própria narração. Nela somos envolvidos na compreensão das marcas de sua sensibilidade historiadora, fruto evidentemente de uma conjuntura política e sociocultural de uma toda uma geração. Nessa trama, vai aos poucos contanto como foi conhecer os seus mais importantes interlocutores, evidenciando pessoas e experiências. O encontro com Warren Dean, por exemplo, é contado como uma profusão de sentimentos e pertencimentos, e tornado vivo através de sua cativante narrativa. A partir desses diálogos, Pádua foi tecendo o modo como fez de si uma sementeira de interesses e inquietações, cuja sensibilidade peculiar soma-se à própria história da história ambiental no Brasil.

Como não poderia deixar de ser, a entrevista é permeada pelo cuidado de mostrar o potencial do campo da história ambiental na atualidade, tanto em termos de pesquisa e estudo, assim como para o ensino. Sua atenção se voltou a discutir como as disciplinas curriculares podem incorporar conceitualmente o mundo biofísico e fazer com que a história promova um conhecimento situado e aterrado (no chão da vida no planeta). O seu esforço é demonstrar as relações tempo/espaço como sendo também relações ecológicas – mais tangíveis e compreensivas.

Pádua também dedicou cuidado argumentativo à faina profissional do historiador. Evocou-a como uma forma sutil de artesanato, daquela bem cuidada, modulada na habilidade de entremesclar as dimensões múltiplas da realidade: cultura, política, economia e ambiente. Em relação a isso, teceu seu compromisso com a análise histórica bem mais profunda, interconectada, enfim, sofisticada. E, nesse caminho, não deixou de fora a vida pública, versando sobre a necessidade da cidadania ampla, capaz de promover a discussão inter-relacionada entre desigualdade social e uma noção amplificada de direitos ambientais. Em seu horizonte, situa-se a importância da história para compreensão das transformações do ambiente ao longo do tempo, sobretudo do nosso próprio meio, aquele em que cada um de nós vive, aliada a uma educação ambiental revigorada. Nesse sentido, deu destaque ao olhar para o *lugar* onde a história acontece – o mundo onde se pisa, de onde vem o alimento e todas as matérias-primas que utilizamos para construir tecnologias, civilizações, percepções etc. – enfim, o mundo biofísico com o qual interagimos desde sempre. Em nome da história ambiental, evoca sensibilidade para as interações entre o local/regional e as escalas espaciais e temporais

ampliadas, na longuíssima duração, das interconexões de humanos com diferentes realidades ecológicas do planeta. Daí sua atenção ao Antropoceno, na leitura contumaz acerca das marcas da atuação humana no tempo em termos geológicos.

*

Credenciais virtuosas não faltam ao nosso entrevistado. Pádua é na atualidade uma das lideranças científicas mais atuantes no campo em que participa, seja pela contribuição específica nos estudos da história ambiental brasileira, assim como nas abstrações teóricas inter e transdisciplinares próprias deste campo no Brasil e além de suas fronteiras. O coroamento de sua carreira não veio por acaso. O seu êxito tem correspondência com sua trajetória plural: graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1983), mestrado e doutorado em Ciência Política pelo IUPERJ (1985 e 1997). Em 2007, realizou pós-doutorado em História pela University of Oxford. Atualmente é professor associado do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde é um dos coordenadores do *Laboratório de História e Ecologia*. De outra parte, sua liderança intelectual tem mobilizado cenários acadêmicos importantes. Desde outubro de 2010 preside a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). É *fellow* do Rachel Carson Center for Environment and Society (Ludwig-Maximilians-Universität, Munique) e membro do Conselho Diretor do International Consortium of Environmental History Organizations. Faz parte do Comitê Editorial da revista *Ambiente e Sociedade* e do Conselho Editorial de importantes periódicos, entre os quais: *Environment and History* (Cambridge), *Ecologia Política* (Barcelona) e *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Rio de Janeiro). Como especialista em história e política ambiental, ministrou cursos, proferiu conferências e participou de trabalhos de campo em mais de 40 países. Além dos artigos e capítulos, escreveu e organizou livros publicados no país e no exterior. Entre os mais relevantes, vale mencionar: *Environmental History – As If Nature Existed*;¹ *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*;² *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*;³ *Justiça ambiental e cidadania*;⁴ *Tudo*

¹ McNeill, J.; PÁDUA, J. A.; RANGARAJAN, M. (Orgs.). *Environmental History – As If Nature Existed*. New Delhi: Oxford University Press, 2010.

² PÁDUA, J. A. (Org.). *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

³ PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

⁴ PÁDUA, J. A.; HERCULANO, S.; Acserald, H. (Orgs.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia;⁵ *Ecological Disorder in Amazonia: Social Aspects*;⁶ *Ecologia e Política no Brasi*;⁷ *O Que é Ecologia*.⁸

Eis, portanto, a nossa honraria de ouvir e agora poder compartilhar esta entrevista com José Augusto Pádua. Mais do que um texto do autor que se conecta com seu próprio fazer em seu campo, buscamos com ele refletir sobre temas que também são caros ao *Laboratório de Pesquisa em Memória Cultura e Natureza*, que coordenamos. Nesta tarefa, tivemos a grata possibilidade de dialogar com a sobriedade deste intelectual de alma profunda comprometida com os dilemas do nosso tempo. Queremos com a entrevista nos aproximar de outros interlocutores ou, ao menos, permitir a quem possa se interessar deliciar-se com as venturas da análise histórica no canteiro das questões socioambientais de nossa realidade passada, presente e futura.

**

Alessandra Izabel de Carvalho – Professor Pádua, o que nos leva a entrevistá-lo esta noite tem a ver com a sua expressiva e dedicada inserção nacional e internacional no campo da história ambiental. Para começarmos, conte-nos um pouco, por favor, sobre a sua formação e trajetória acadêmica.

José Augusto Pádua – A minha formação intelectual vem muito dos debates e vivências da década de 1970. Dentre os debates, a temática ambiental e as novas perspectivas da ecologia política estavam emergindo naquele momento. Então antes de realizar qualquer tipo de estudo universitário formal, ou mesmo ter uma carreira acadêmica, eu já tinha um interesse considerável pelas questões ambientais e pelos temas de ecologia política. Mas não de uma maneira isolada, era dentro de um conjunto de discussões que me interessavam nos mais diferentes campos. Eu tive uma formação interdisciplinar, tanto informal como depois formal. Questões sobre a redemocratização do Brasil, sobre novos direitos, sobre alternativas de comportamento, alternativas de organização social e também de relação com a terra, com o planeta, projetos inovadores de educação, tudo isso estava muito quente no momento em que comecei a me formar como pessoa interessada no mundo, interessada numa série de questões. Então, quando

⁵ PÁDUA, J. A.; LEROY, J.; ACSERALD, H.; SCHLESINGER, S.; PACHECO, T. *Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

⁶ KOSINSKI, L.; PÁDUA, J. A.; MENDES, C. (Orgs.). *Ecological Disorder in Amazonia: Social Aspects*. Rio de Janeiro: Unesco/ISSC/Editora Universitária Candido Mendes, 1992.

⁷ PÁDUA, J. A. (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

⁸ PÁDUA, J. A.; LAGO, A. *O Que é Ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

fui fazer os estudos superiores, comecei pela economia por que eu tinha muito interesse na possibilidade de uma economia mais ecológica. Eu conheci alguns autores que estavam trabalhando explicitamente com economia ecológica, como Herman Daly e alguns outros. Mas não me satisfiz o estudo da economia por que era um estudo extremamente abstrato. Eu estava buscando aquela vida vivida que o Lucien Febvre chamava “o sangue vivo” que a gente pode retirar dos documentos da história,⁹ eu buscava esse sangue vivo também na relação das pessoas com o mundo onde elas viviam, com o mundo não humano, enfim, a multiplicidade de espécies de vida que estão presentes na nossa experiência histórica aqui nesse planeta. Como a economia não me satisfiz, eu tentei a sociologia. Mudei para a sociologia e também não foi uma boa experiência por que havia um certo dogmatismo teórico-metodológico. Havia muita influência, naquela época, do Althusser e de uma leitura que me pareceu muito dura e muito rígida que não captava o movimento da vida, o movimento da sociedade. Depois, eu vim a conhecer uma historiografia marxista muito mais próxima disso que eu buscava, do dinamismo dos seres humanos e dos espaços vividos através, por exemplo, do E. P. Thompson que buscava um marxismo menos dogmático e mais histórico. Mas naquele momento a sociologia, pelo menos a que eu tive disponível na universidade que frequentei, não me serviu muito. Eu inclusive abandonei a universidade por um período. Passei um tempo na Europa, vivendo lá no ano de 1980, estudando informalmente, participando de muitas experiências, havia muitas coisas acontecendo. E entre elas, estava a emergência de todo esse mundo alternativo, a política verde, comunidades que estavam procurando outras formas de viver. E a discussão ambiental permeando tudo isso. Era muito forte a crítica da civilização industrial, das consequências desse tipo de civilização, com o instrumental teórico que estava disponível na época, e que questionava algumas das grandes narrativas de mundo que vinham circulando no século XX. Quando eu voltei para o Brasil, em 1981, resolvi experimentar o curso de história e me encontrei na história. Senti que no estudo da história eu podia encontrar aquilo que eu estava buscando, ou seja, a vida vivida, o sangue quente da história. E, nesse momento, em 1981, como eu já tinha essas leituras de economia ecológica, de ecologia política, comecei, nos meus próprios estudos de história, a perceber que era possível fazer algumas conexões. Lembro que estudando, por exemplo, as revoluções industriais, eu me

⁹ FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. São Paulo: Editora Página Aberta/Scritta, p. 62.

perguntava a respeito das fontes de energia, da questão do carvão, da questão da água, como tudo isso tinha sido fundamental nessa mudança de escala que as revoluções industriais trouxeram. Então, tanto as questões do espaço, do espaço fabril, dos novos espaços urbanos, de uma classe trabalhadora industrial, as questões de energia e as questões inclusive de poluição que apareciam na documentação sobre a industrialização, tudo isso veio gerando em mim um potencial, eu sentia o potencial de aproximar as discussões ecológicas das discussões históricas. E também o estudo da história do Brasil e a leitura de Caio Prado Junior, de Gilberto Freyre, de Sérgio Buarque de Holanda, alguns autores que eu sentia que, de uma certa maneira, também buscaram isso em determinados momentos de suas obras. Em 1982, aconteceu um encontro que, para mim, foi muito importante com o historiador norte-americano Warren Dean. Eu estava me formando na Universidade Católica do Rio de Janeiro, que tinha um curso de história muito rico, muito forte – até porque na época da ditadura militar, como era um centro não governamental, a PUC conseguia receber muitos professores que não tinham espaço nas universidades públicas. O encontro com Warren Dean foi muito significativo porque ele era um historiador econômico, já tinha escrito vários livros sobre a história do Brasil, sobre a industrialização de São Paulo, sobre o café no vale do Paraíba, o livro *Rio Claro*.¹⁰ Mas ele também foi, nos Estados Unidos, um dos pioneiros de um grupo de historiadores que estava querendo fazer uma história mais ambiental. Ele estava sentindo esse mesmo potencial que eu também sentia no meu próprio e modesto trabalho de historiador iniciante. Alguns historiadores, como Donald Worster, Alfred Crosby e o próprio Warren Dean, cada um trabalhando com lugares e regiões diferentes, estavam desafiados por esse duplo movimento sobre o qual eu já escrevi¹¹ e que está na origem da história ambiental propriamente dita, como uma ciência consciente de si mesma. Ou seja, haviam as vozes das ruas, quer dizer, toda essa explosão de temas ambientais na política, mobilizações na sociedade e, do outro lado, desafios epistemológicos relacionados com as profundas transformações que estavam acontecendo nas ciências naturais e com os novos questionamentos sobre a escrita da história, sobre o que era história. Era aquele momento dos novos problemas e dos novos objetos na análise histórica. Na verdade, não foi só a história que se viu desafiada a, de alguma maneira, responder àquele contexto cultural e político. Ocorreu

¹⁰ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura – 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹¹ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68 (2010).

também a emergência de uma economia ecológica, de um direito ambiental, de uma sociologia ambiental, de uma antropologia ecológica. O que é absolutamente compreensível, pois a academia nunca está isolada do seu contexto histórico. Mas, quando conheci o Warren Dean, fui apresentado à história ambiental do ponto de vista formal, que era um campo acadêmico em formação. Eles inclusive tinham criado uma Sociedade Americana de História Ambiental e já estavam editando uma revista. Através do encontro com o Warren Dean, fui catapultado para a existência de uma historiografia que eu não conhecia, mas que fazia exatamente aquilo que eu queria e intuía que seria um campo muito rico de pesquisas. Lembro que perguntei ao Warren o que ele estava fazendo e ele disse que estava escrevendo uma história centrada na Mata Atlântica.¹² Achei uma ideia fascinante. E, de lá pra cá, minha carreira acadêmica esteve muito ligada ao campo da história ambiental e que hoje em dia é um campo muito mais consolidado, muito mais difundido, com associações de pesquisadores na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia. Nós temos a Sociedade Latino-americana e Caribenha de História Ambiental (SOLCHA). A produção hoje é muito mais diversificada, o interesse dos alunos em cursos de pós-graduação é muito maior. É uma satisfação pessoal muito grande ter participado da criação de um campo novo na história. Eu tive a oportunidade através dessa porta de entrada que foi minha relação com o Warren Dean, e depois com outros colegas, de acompanhar esse campo emergindo, se difundindo e se consolidando. E faço parte dessa história também. Agora, do ponto de vista da pesquisa, da investigação, eu adoto uma postura muito aberta, nada dogmática, até por que a história ambiental não têm definições canônicas, é um campo com fronteiras fluidas. Você tem, nos congressos de história ambiental, as mais diferentes pesquisas sendo apresentadas, seja em termos de lugares, períodos ou temas. Eu trabalho hoje em dia na interface de várias áreas. Tenho um diálogo forte com a geografia, com a geografia histórica, com a ecologia, com a antropologia, com a tradição da investigação histórica. Então meu trabalho é bastante interdisciplinar. O selo história ambiental foi e é muito útil do ponto de vista institucional. Mas eu não estou preocupado com nenhum tipo de definição canônica. É simplesmente um campo que permite que investigações inovadoras sejam feitas e tenham um lugar na academia, um lugar na institucionalidade acadêmica.

¹² A pesquisa deu origem a um clássico da historiografia ambiental no Brasil: DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

AIC – Você já apontou, mas poderia nos falar um pouco mais sobre como se articulam as pesquisas e quais são os principais fóruns de debate da história ambiental atualmente?

JAP – Na verdade, não existe história que não seja ambiental, esse ponto é importante de ser colocado. Existem historiografias que ignoram a dimensão ambiental mas quando você estuda a vida de qualquer sociedade, num lugar e num momento, essa dimensão ambiental é constitutiva da história. Não é um detalhe, ela é parte constitutiva da história. Com base nisso, as possibilidades de pesquisa são enormes e quando a gente observa os congressos de história ambiental fica evidente que é possível trabalhar muitas interfaces de análise. Você pode trabalhar a história ambiental e a história do mundo do trabalho, por exemplo, das formas de trabalho, porque são sempre corpos trabalhando, relacionados com diferentes tecnologias e fontes de energia. As próprias tecnologias possuem uma materialidade que são também uma dimensão do ambiente onde se vive. Mas a história ambiental não tem necessariamente um enfoque materialista ou hiper-materialista, porque tudo que é material na história humana passa também pelo cultural, pelos entendimentos do mundo e da natureza. É o que Alain Corbin chamou de sistemas de apreciação.¹³ As sociedades avaliam socialmente determinados elementos do mundo em que se vive e essas avaliações culturais se transformam ao longo do tempo. A praia, por exemplo, no século XX é considerada um lugar de saúde e de prazer. Mas parte da documentação do século XIX, no Brasil e na Europa, mostra a praia como lugar de doença, de morte, de perigo. As praias não eram valorizadas como lugares de fruição. Ou seja, a natureza não é uma coisa dada. O cultural e o biofísico estão sempre intermesclados. Mas é possível trabalhar a história ambiental com mais foco na questão da cultura, das percepções sobre o mundo etc. Ou adotar posturas mais materialistas. Ou ainda, como me parece mais promissor, misturar o material e o cultural em uma mesma análise histórico-ambiental. Você pode trabalhar com espaços florestais, rurais ou com espaços mais urbanos, que é uma tendência forte atualmente. A história ambiental urbana trabalha, por exemplo, com questões de enchentes, sistemas de distribuição de água e coleta de esgoto, com a presença do mundo natural na cidade porque, mesmo que a presença do construído seja muito forte, é um espaço que também tem uma fauna, tem uma flora, tem rios, morros. As cidades não estão no ar, as cidades também são situadas. Existem relações ecológicas que o metabolismo urbano processa,

¹³ CORBIN, Alain. *L'homme dans le paysage*. Paris: Textuel, 2001.

vide as fontes de energias que entram no meio urbano, e o lixo ou a poluição que saem do sistema urbano. A cidade não está separada do mundo ao seu redor. Pode-se trabalhar com mineração, com fontes de energia, investigar a história ambiental das hidrelétricas, das termoeletricas, do consumo de petróleo. São campos quase ilimitados de pesquisa. Toda essa diversidade de pesquisa e de reflexões vêm se expressando através de programas de pós-graduação. O que acontece normalmente é que nos programas de graduação e de pós-graduação existem pesquisadores, professores, alunos interessados, vêm surgindo laboratórios, teses e dissertações. Há muitos seminários e periódicos de qualidade. Existem também muitos livros sendo publicados em editoras universitárias e outras. E existem as sociedades, tais como a norte-americana, a europeia, a latino-americana e caribenha. Ou seja, são muitos os fóruns em que o debate da história ambiental vem acontecendo. Talvez um detalhe que a gente possa acrescentar é que existe também uma demanda por história ambiental fora dos muros da academia ou da comunidade dos historiadores. E isso ocorre porque a perspectiva histórica ilumina muito a discussão sobre os problemas ambientais. Não que a história ambiental seja ambientalismo, são coisas bem diferentes. A história ambiental é um campo de investigação. Historiadores enquanto cidadãos podem ser ambientalistas, socialistas, liberais ou o que sejam, mas a história ambiental é um campo de investigação. Mas como o debate ambiental tem uma dimensão política muito forte, de políticas públicas, de discussões de problemas que perpassam todos os setores da sociedade, quando a perspectiva da história ambiental entra, ela ilumina muito a discussão. Os problemas ambientais ganham outro entendimento quando se percebe que eles não existem isolados num ponto do tempo, que eles são consequências de um movimento anterior e caminham para um futuro. O fato é que existe uma demanda também ao nível da sociedade civil, dos governos e das políticas públicas pelo tipo de pesquisa e conhecimento que a história ambiental produz.

Robson Laverdi – Professor, uma questão que suscita em nós e nos professores que se interessam pelos temas ambientais muitas dúvidas é como inseri-los, como abordá-los a partir dos conteúdos programáticos das mais variadas disciplinas que compõem a grade curricular dos cursos de história, tais como a história moderna, história medieval, história do Brasil, história da América etc. Como seria trazer o debate da história ambiental para essas disciplinas?

JAP – Até pelo que falei antes, nós poderíamos radicalizar a reflexão sobre esse tema. Uma vez eu participei de um encontro no México, organizado pela UNESCO, discutindo história ambiental com pesquisadores de vários países. E nós chegamos à conclusão que o ideal seria que não existisse esse campo da história ambiental. O ideal é que a historiografia levasse em conta com mais atenção a complexidade do mundo, o mundo biofísico onde e através do qual nós vivemos, o território onde a história se faz. Por que a história sempre acontece em algum lugar e em algum momento, obviamente. A história não acontece no ar, não acontece no vazio, ela é sempre situada. E o território onde a história humana acontece não é um território vazio, como num mapa político abstrato. É sempre um território cheio. Muitas vezes parece, ao olharmos mapas incluídos em livros de história, que as atividades humanas vão preenchendo de maneira exclusiva aqueles mapas vazios vão criando sociedades, vão criando países. Mas, na verdade, aquilo que aparece como vazio, não é vazio. Em todo lugar do planeta existe uma diversidade, um caleidoscópio de formas de vida, de fauna, de flora, de tipos de solo, de montanhas, de rios etc. Toda e qualquer história humana acontece sempre no espaço cheio, no espaço vivo. Toda história tem a dimensão do que a gente chama de história ambiental. Então por que foi que nós acabamos criando um selo próprio, uma área própria de pesquisa? Por que grande parte da historiografia trabalha nesse paradigma que a gente chama de “flutuante”, como se a sociedade flutuasse acima do planeta, como se a humanidade não estivesse interagindo, se intermesclando o tempo inteiro com o mundo biofísico onde nós vivemos e do qual fazemos parte. Eu acho que nós temos que ir, inclusive, além de visões dualistas de cultura e natureza, de sociedade e natureza, e não pensarmos mais no sentido de buscar as “relações” entre a sociedade e a natureza. Por que não é uma questão de que existam “relações”, pois a própria história humana acontece através do mundo biofísico. Não é que haja pontos de relação, elas já acontecem na rede do mundo biofísico. Até por que nós seres humanos também somos e temos necessariamente essa dimensão biofísica. Somos mamíferos, somos primatas. Fazemos parte da história da vida no planeta. Mas, ao mesmo tempo, também somos inseparáveis do mundo da cultura, do mundo da linguagem, da consciência auto-reflexiva, do mundo do pensamento, da ação significativa. A nossa ação sempre é cultural, sempre é significativa, mais também é sempre biológica. É o fio da navalha teórico onde podemos construir uma nova perspectiva dentro da tradicional reflexão história e natureza. Em todas essas áreas que você mencionou existe a dimensão da história ambiental e, na verdade, o

que acontece é que historiadores ambientais estão trabalhando em todos esses campos, da história medieval, da história do Brasil, da história da África etc. E esse diálogo tem influenciado a maneira como se trabalha a história, inclusive a didática da história. Um bom exemplo é o da história da América. A reflexão histórico-ambiental, para mencionar um ponto essencial, trouxe uma dimensão que hoje, cada vez mais, faz parte dos livros de história da América em geral, que é a dimensão do choque epidemiológico que aconteceu quando os europeus chegaram aqui e se encontraram com as populações locais. Existe uma discussão muito sofisticada, de longa duração, que nos ajuda a entender as causas do enorme impacto dos patógenos que os europeus traziam nos seus corpos. Por que a história ambiental também é uma história corporal, uma história corporificada, para pensar o ser humano corporificado. Nos corpos dos seres humanos que cruzaram o oceano e que chegaram aqui, vinham microrganismos. E esses microrganismos penetram nos ecossistemas dessa região que hoje é chamada de Américas. E chegam nos corpos dos seres humanos que existiam aqui, patógenos que não eram conhecidos pelo sistema imunológico dos corpos dos chamados ameríndios. Esse impacto gerou um conjunto de epidemias que contribuiu decisivamente para uma redução populacional da ordem de 90%. Então, a cada dez indivíduos humanos que viviam aqui, a partir desse choque, nove desapareceram num período de pouco mais de um século. É claro que isso é uma mudança brutal na história e a gente só consegue entender melhor o que aconteceu fazendo uma análise de longuíssima duração. Uma duração muito mais longa do que Braudel propunha. Braudel ficou famoso por propor a longa duração,¹⁴ mas para entender muitos dos movimentos da história moderna, nós temos que retroceder não apenas no espaço de séculos, mas até no horizonte de dezenas de milhares de anos. Para entender por que os patógenos que os europeus traziam não estavam presentes aqui, é preciso começar discutindo as migrações do *Homo sapiens* há cinquenta mil anos atrás, como os *Homo sapiens*, saindo do que hoje é a África, ocuparam os diferentes continentes. E também as mudanças climáticas fundamentais no planeta, como o fim da última grande glaciação por volta de 12 mil anos atrás. Foi durante a última glaciação – entre 80 e 12 mil anos antes do presente, aproximadamente – que o *Homo sapiens* migrou, andando a pé, pelo conjunto do planeta. Mas com a mudança na ecologia planetária, com a desglaciação, com a subida no nível do mar, muitos das passagens se fecharam e

¹⁴ BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 41-78.

populações ficaram isoladas em determinados lugares do planeta. E as doenças não surgiram todas nos mesmos lugares. Até porque haviam diferenças também nas relações econômicas estabelecidas com os outros animais. As economias dos povos ameríndios, mesmo considerando a sua grande diversidade, eram muito pouco baseadas na domesticação de animais, uma atividade central em várias regiões da Eurásia. E a proximidade com alguns animais, na chave das domesticações, é o contexto histórico para que muitos microorganismos tenham se tornado patológicos para os corpos humanos, seja como epidemias ou endemias. O mundo ameríndio não era um “novo mundo”, mas sim um outro velho mundo, tão antigo quanto o que deu origem às sociedades europeias. Mas, além do choque epidemiológico, existem dimensões ecológicas que precisam ser observadas para entender de forma mais ampla a construção do que hoje chamamos de Brasil e Américas. É impressionante, por exemplo, o impacto histórico das formas de vida que os europeus introduziram aqui e que não existiam nos ecossistemas locais. A fauna local não tinha uma série de animais que atualmente são fundamentais na constituição do território e das paisagens. A gente consegue imaginar o que hoje chamamos de Brasil, há seiscentos anos atrás, sem bois, cavalos, porcos, ovelhas, bodes, ratos etc., ou seja, sem o que Alfred Crosby chamou de a “biota portátil” que os europeus trouxeram?¹⁵ Quando esses seres entram nos ecossistemas locais, sejam plantas, ou animais, eles entram em um mundo vivo, se difundem e produzem efeitos ecológicos extraordinários. A gente não consegue entender, em toda a sua profundidade, a história da América e a história do Brasil se não formos além da introdução apenas de práticas econômicas, ideias, instituições e por aí vai. Existiu também uma conquista biológica, uma conquista ecológica que interage com os outros elementos que acabei de mencionar. Os europeus trouxeram todo um conjunto de formas de vida, inclusive de microrganismos que traziam nos seus corpos e nos corpos dos animais e das plantas que com eles vieram. A história ambiental ajuda a evidenciar todos esses temas, muitos dos quais não estavam presentes em grande parte da pesquisa histórica anterior. É uma contribuição para ampliar o nosso entendimento da história.

AIC – Professor, em *As bases teóricas da história ambiental*¹⁶ você toca numa questão sensível a nós historiadores que é o cuidado que devemos ter em

¹⁵ CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁶ PÁDUA, (2010) op. cit.

relação ao uso de conceitos e categorias de análises contemporâneos, tais como ecologia, ambiente, sustentabilidade, entre outros, no estudos de sociedades passadas para que não incorramos em anacronismos. Mas você também retoma um conceito muito interessante de Drouin que é o da “qualificação retrospectiva”¹⁷ para validar a importância deste olhar marcado pelas questões do presente nas análises históricas. Você poderia, por favor, nos falar um pouco mais sobre isso?

JAP – Eu penso que esse é um dilema não apenas da história ambiental mas do ofício do historiador, da prática do historiador, por que a qualificação retrospectiva é constitutiva da investigação histórica e da escrita da história. É algo que muitos autores clássicos, como Lucien Febvre, já problematizaram. Febvre já falava que nós olhamos o passado a partir dos problemas e questionamentos do presente.¹⁸ Apesar disso, é claro que o cuidado com o anacronismo é algo que temos que ter em todas as áreas da investigação histórica. Talvez isso chame um pouco mais atenção no caso da história ambiental pelo fato da explosão do debate ambiental ser recente, a partir da década de 1970. Nas últimas décadas observamos essa explosão de temas da vida na discussão política, na cultura contemporânea, que passam por questões ligadas ao aquecimento global, ao problema da AIDS, às ameaças de guerra bacteriológica, aos transgênicos etc. Apesar desse avanço da presença do biofísico no debate social ter sido importante na emergência da história ambiental, é necessário reiterar que a história ambiental não é ambientalismo. Mas, dito isso, é evidente que ela está de certa forma marcada por temas que emergem da ciência e do debate contemporâneos. No entanto, como disse antes, a qualificação retrospectiva a que se refere Jean-Marc Drouin é praticamente constitutiva da investigação histórica. Isso porque não existe realmente como chegar no passado com as formas de consciência nele vividas, com uma vivência plena dos modos de percepção e de linguagem dos atores sociais que nele viveram. Você sempre está interrogando os documentos e as manifestações desse passado com o instrumental conceitual do presente. Por outro lado, quando usa esse instrumental, o passado pode ser iluminado através de questões que podem não estar explícitas na linguagem e na documentação da época, mas que possuem uma presença implícita do ponto de vista analítico. As categorias de gênero ou de vida cotidiana, por exemplo, podem não estar presentes explicitamente nos documentos que

¹⁷ DROUIN, Jean Marc. *L'ecologie et son histoire: réinventer la Nature*. Paris: Flammarion, 1991.

¹⁸ FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editora Presença, 1989.

você está investigando, mas quando se leva esses conceitos para a investigação, se faz isso na perspectiva de que vai iluminar o entendimento do passado. Não é nada fácil. Esse é um dos fios da navalha do ofício do historiador. Na documentação agrícola no Brasil do século XIX, que eu estudei bastante, você vê muitas referências falando de desflorestamento, de perdas de solo, de erosão, de desaparecimentos de espécies, de mudanças climáticas, essa discussão vai aparecendo na documentação com as palavras da época. Será que esses documentos não têm qualquer relação com o que hoje chamamos de ambiental? Ou a história é sempre um jogo complexo de continuidades e descontinuidades? É claro que alguns conceitos que se usavam na época, como devastação das matas, ainda são usados. Outros não eram usados, não se falava em uma categoria tão unificadora como “ambiente”. Mas sua utilização, necessariamente cuidadosa, pode ampliar o entendimento de alguns movimentos do passado. Penso, assim, que a suspeita de anacronismo deve ser considerada mais como um alerta do que como um veto a esse tipo de investigação, porque, repetindo, se nós vetarmos a qualificação retrospectiva, praticamente toda investigação histórica fica prejudicada. Sendo mais claro: muitas vezes, quando determinados conceitos, como ambiente, são utilizados em relação ao passado, mesmo que não reflitam a linguagem explicitada pelos atores investigados, eles ajudam o historiador do presente a entender os movimentos do passado. A gente deve, inclusive, fazer o exercício de buscar as palavras que estavam sendo utilizadas naquele momento. Não se falava de ecologia no Brasil do século XIX, mas se falava de sistema da natureza, de economia da natureza, se falava que tudo está ligado na grande economia da natureza. Nenhuma relação com o que hoje chamamos de ecologia? Enfim, é um artesanato fino o trabalho do historiador de procurar capturar esses movimentos, discutir as linguagem e os vestígios do passado com a mente formada pelas questões e os instrumentos intelectuais do presente. Mas é óbvio que não pode projetar de uma maneira simplista os conceitos do presente no passado, ou vice-versa. Por isso se trata de um exercício sempre complexo e fascinante.

RL – Apesar dos avanços em termos de percepção e de entendimento acerca do funcionamento sistêmico, ou seja, das mais variadas formas de interdependência que existem entre todos os seres, elementos e espaços que compõem o planeta, ainda é muito forte a ideia de que as pessoas não fazem parte da natureza. A natureza estaria em algum lugar lá fora, nas reservas biológicas, nas reservas florestais, nos parques urbanos, no campo, na praia, na montanha, para ser utilizado como recurso econômico, religioso, de lazer

ou científico, ou então, nos tsunamis, nas enchentes, nos furacões. De que forma essa visão, ou mesmo cosmovisão, se constitui historicamente?

JAP – Essa percepção aparece inclusive em pesquisas de opinião pública. Existe uma pesquisa que foi feita regularmente desde 1992, por iniciativa de Samyra Crespo, sobre “o que o brasileiro pensa do meio ambiente”.¹⁹ Na pesquisa de 2006, quando se falava em matas e rios, cerca de 75% das pessoas os identificavam como parte do meio ambiente. Em relação às cidades, a identificação cai para 19%. Só 19% das pessoas achavam que as cidades faziam parte do meio ambiente! E só 14% das pessoas achavam que as favelas fazem parte do meio ambiente. Eu me pergunto, então, onde as favelas existem para essa pessoas. Elas devem estar no ar e não nos morros, nos mangues, nos lugares onde elas estão situadas, assim como as cidades. E é até curioso que na pesquisa de 2006, um percentual maior de pessoas achava que os planetas faziam parte do meio ambiente do que as próprias cidades, ou seja, 21% das pessoas achavam que os planetas faziam parte do meio ambiente e só 19% que as cidades faziam parte. Mas é significativo notar que na pesquisa de 2012 houve um forte crescimento na percentagem de brasileiros que pensam que as cidades e as favelas são parte do meio ambiente. O nível subiu para 67% e 55%. De toda forma, ainda existe muito a identificação entre ambiente e espaços distantes da sociedade humana. Eu, particularmente, acho que é muito importante nós superarmos essa visão. E a superação passa por uma análise mais crítica, mais sofisticada que justamente os intelectuais, os historiadores ambientais, os antropólogos e os pesquisadores de tantos campos do conhecimento podem trazer para o diálogo com a sociedade. São questões muito de fundo da formação, da cultura, da percepção do mundo, da ideia de que o ser humano é alguma coisa que não faz parte do planeta, não faz parte da natureza. É algo intrigante quando, ao mesmo tempo, empiricamente nós vivemos a cada dia manifestando a nossa pertença ao que nós chamamos de mundo da natureza. Ou seja, empiricamente nós respiramos, nós temos uma fisiologia dinâmica, nós precisamos de água, nós precisamos de matéria viva ou minerais que entram no nosso corpo cotidianamente sob a forma de alimentação para que o nosso organismo permaneça existindo. E também se considerarmos todas as transformações pelas quais a ciência, sobretudo a biologia, vem passando desde o século XIX, até chegar a plena

¹⁹ Ver: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/responsabilidade-socioambiental/category/90-producao-e-consumo-sustentaveis?download=989:o-que-o-brasileiro-pensa-do-meio-ambiente-e-do-consumo-sustentavel>.

formulação da ideia de que somos primatas, somos mamíferos. Eu me lembro que algum tempo atrás, comentei numa palestra essas questões e depois da palestra uma senhora veio furiosa falar comigo, que eu a tinha ofendido dizendo que ela era uma primata, uma mamífera, que ela não era mamífera! E perguntei como resposta: mas a gente não amamenta? Nossa espécie não é mamífera? O nosso desafio é trazer essa perspectiva de uma forma diferente daquela do biologismo, do sociobiologismo. A história ambiental não se confunde – ou, se ela se confunde, se confunde em poucos autores – com a sociobiologia, com o biologismo, com qualquer tipo de reducionismo nessa direção. Precisamos trabalhar o enfoque amplo e menos dualista de que nós somos necessariamente seres biológicos e, portanto, seres que participam de relações ecológicas. E somos também necessariamente seres de cultura, de linguagem. Essa separação, esse dualismo entre cultura e natureza, vem sendo cada vez mais questionado na historiografia, na antropologia, na geografia. Porque na vida vivida de indivíduos e sociedades ao longo do tempo essas dimensões estão sempre intermescladas, o biofísico e o cultural. Há um conceito de ponta, o de “devir biocultural”, que evidencia que essas coisas estão todas relacionadas. O que eu posso dizer é que seria muito importante nós contribuirmos de alguma maneira para o debate coletivo, para que possamos superar essa ideia de que o biofísico está lá fora, que a natureza está lá fora e que, por exemplo, a cidade não é parte do mundo biofísico. A cidade é o tempo todo construída por fluxos de matéria e de energia, por formas de vida e artefatos em movimento. Agora, é claro que em um mundo cada vez mais urbano, pensando um pouco em termos de sociologia histórica, a cognição, a percepção podem ficar enviesadas pela experiência de um certo afastamento das fontes dos materiais e das energias que chegam a nós. Isso também precisa ser considerado quando aparecem pesquisas de opinião como a que mencionei antes. A água, por exemplo, que nós usamos cotidianamente, continua vindo dos mesmos mananciais naturais de onde ela sempre veio, dos rios, dos aquíferos etc. Mas há toda uma tecnosfera que dá a impressão que a água sai da torneira, você liga a torneira e a água aparece magicamente ali. Mas nós estamos vivendo agora no Brasil, em São Paulo principalmente, uma situação que deixa claro que, quando secam as fontes, a água começa a secar na ponta do consumo. As coisas não estão separadas. Além disso, mesmo esse viés perceptivo artificialista da vivência urbana, não é tão absoluto. Existe uma variedade enorme de formas de vida não-humana nas cidades. Seus grandes espaços construídos, por exemplo, interagem como toda uma rede complexa de circulação de águas. É verdade que muitos rios

estão canalizados, mas muitos estão circulando a céu aberto e, para que eles existam, precisamos das nuvens, das chuvas. Não dá para separar o mundo socialmente construído da vida planetária.

AIC – Mas de forma geral, é bastante evidente a falta de, ou o pouco, conhecimento da população em relação, por exemplo, aos rios e arroios que cortam suas cidades. Isso nos remete à discussão que você faz em *Um país em seis biomas*²⁰ no qual fala da importância de as pessoas conhecerem as características do lugar ecológico em que vivem, no sentido de despertar ou criar nelas uma espécie de consciência ambiental. Esse tipo de (re)conhecimento poderia implicar um sentimento de pertença e fortalecer as ações de cuidados e respeito pelos mais variados espaços ecológicos que compõem a nossa realidade ambiental. Essa é uma das frentes abertas pela educação ambiental. Na sua opinião, de que forma a história ambiental pode contribuir nesse processo? Em que medida a educação ambiental se encontra com o trabalho do historiador e vice versa?

JAP – Eu vejo essa consciência ambiental que você menciona como um componente fundamental da consciência de cidadania, da ideia de cidadania no sentido amplo. E o conhecimento histórico é importante na educação e na formação de uma consciência de cidadania. A dimensão ambiental do conhecimento histórico, que a gente costuma chamar de história ambiental, é importante também na formação de uma consciência de cidadania. É interessante, pois a palavra cidadania remete à cidade. Mas a gente tem que ir além dessa compreensão, porque a ideia de cidadania tem a ver com direitos e deveres da vida coletiva, mas esse coletivo se define também pelo lugar onde a sociedade existe, um lugar que vai além da cidade. As regiões, assim como as cidades, estão dentro de bacias hidrográficas. Tanto as cidades quanto as áreas rurais estão relacionadas no contexto dos grandes ecossistemas e biomas. Essa percepção do lugar, em sentido mais profundo, é um dos componentes que considero mais importantes da educação, inclusive disso que se chama educação ambiental. Vejo uma conexão importante entre a história ambiental e a educação ambiental porque muitas vezes a educação ambiental pode ficar bastante abstrata quando se fala em ecossistemas, em espécies ameaçadas etc. Mas quando a pessoa visualiza os sistemas ecológicos na história dos lugares onde ela vive, isso ganha uma concretude, ganha

²⁰ PÁDUA, José Augusto. Um país e seis biomas – ferramenta conceitual para o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental. In: José Augusto Pádua. (Org.). *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 118-150.

uma percepção situada e muito forte. Eu já observei muitos projetos de educação ambiental e a melhor maneira das pessoas entenderem o que seja ecologia, o que seja transformação das paisagens, é estudando o que aconteceu com o rio da sua aldeia, estudando o que aconteceu com seu bairro, o que aconteceu com a sua cidade ou com o seu espaço rural. Ali todas essas questões de cadeias alimentares, de fluxos de energia, de ecossistemas aparecem na concretude da vida vivida em lugares específicos. Apesar de não ser o meu campo de atuação, eu já observei projetos de educação ambiental que mostram como essa experiência pode ser transformadora na vida das pessoas. Quando elas passam a aprender sobre ecossistemas hídricos observando o que está acontecendo com os rios, com os igarapés, com os arroios de onde vivem. A dimensão da transformação ao longo do tempo que a história traz é riquíssima e abre inclusive horizontes para a história oral, mesmo que realizada de maneira informal. Eu já vi educadores ambientais falarem para as pessoas: “vão conversar com os avós pra saber o que existia aqui onde você mora. Havia florestas? O rio que hoje é poluído era limpo? Como era? Aconteceram muitas transformações por aqui?” Isso vai explicitando, vai construindo no processo educativo uma percepção da paisagem, do lugar, da memória, das mudanças que acontecem no espaço onde se vive e pode também fazer emergir a consciência de direitos ambientais que fazem parte dos direitos de cidadania. Nos jovens que moram em zonas, por exemplo, de sacrifício do mundo industrial, áreas de fábricas que concentram poluição, concentram depósitos de dejetos perigosos, esse tipo de educação pode suscitar questões do tipo: “por que eu tenho que estar aqui numa situação de poluição de dejetos perigosos? Por que isso não pode ser distribuído de uma forma mais justa?”. Para todos nós, vale a pergunta: em que isso tem a ver com a pobreza, com a exclusão social? Ou, se os rios ou a região onde se vive estão muito poluídos, essa percepção histórica e ambiental pode suscitar questões de direitos, do tipo: “Eu quero meu rio limpo, quero poder pescar no rio como meus avós e meus pais faziam”. Ou, no caso de áreas que estão quase sem a presença de verde, de vegetação: “Por que eu não tenho uma quantidade de vegetação mais adequada aqui como existe no bairro x ou y?”, que são muitas vezes, embora não necessariamente, bairros mais ricos. É óbvio que existe uma situação de desigualdade e que vem sendo discutida hoje em dia através do conceito de justiça ambiental. O impacto ambiental das atividades humanas não pode estar concentrado em algumas partes da população, tem que ser distribuído de uma forma mais equânime. E os benefícios ambientais também. Por que as prefeituras mantêm em alguns bairros

muitas áreas verdes e outros bairros as prefeituras acham que, porque é de gente pobre, não precisa de verde? Todo esse debate é muito importante, seja na perspectiva da pesquisa em história ambiental, seja no campo da educação ambiental, ou da consciência de cidadania no sentido mais amplo.

RL – Professor, não raro ouvimos locuções de historiadores situados no campo da história ambiental, e próximos a ele, a reivindicar perspectivas e sensibilidades ambientais num tempo mais remoto da fundação dos clássicos da historiografia brasileira. Podemos falar em uma linhagem historiográfica preocupada com questões ecológicas antes da década de 1970 no Brasil? Qual seria?

JAP – Com certeza, e isso é um ponto que eu venho fazendo questão de levantar. Antes da constituição da história ambiental como um campo consciente de si mesmo, como um campo dotado de institucionalidade acadêmica, muitos historiadores em diferentes países perceberam a importância de se ter uma visão mais encarnada, mais situada, mais aterrada da história e que compreenderam que o ser humano não vive isolado de todas as outras formas de vida, das diversas manifestações da ecologia planetária. Ao longo do século XX, esse tipo de percepção apareceu em muitos estudos sobre fronteiras, sobre regiões. Apareceu numa historiografia que dialogava com muita força com a geografia e também na chamada geografia histórica. Por diferentes caminhos, é possível encontrar formulações, no caso do Brasil, que se aproximam da história ambiental até em autores do século XIX, como Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, ou mesmo em autores situados mais no início do século XIX que faziam algumas reflexões que são bem próprias do que hoje nós chamamos de história ambiental. Discuti vários casos no meu livro *Um sopro de destruição*.²¹ Por exemplo, José Bonifácio de Andrada e Silva, um homem de ciência que marcou a construção inicial do Brasil como país, quando comentou as consequências do desmatamento que estava acontecendo no Brasil na década de 1820, dizia que, quando se examinava a história, era possível observar os problemas de desertificação surgirem com a destruição das florestas na Síria, em Chipre, na Líbia etc. Ou seja, ele olhava o passado histórico de outras regiões e trazia para a reflexão sobre o seu presente. Ele disse inclusive que, se o desmatamento continuasse na maneira como acontecia no Brasil, em menos de dois séculos o país poderia ficar reduzido aos desertos da Líbia. Esse é um tipo de reflexão

²¹ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

histórico-ambiental, porque inclui o conhecimento do passado na análise das consequências de determinadas práticas de relação com a terra. Essa percepção também aparece em outros autores brasileiros oitocentistas menos conhecidos. É o caso de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, que era um geógrafo e um político cearense em meados do século XIX. Ele também falava que as secas tinham uma história que passava pelo desmatamento, pela perda de vegetação e diz que, se fossem estudados os documentos que datam desde o início do chamado descobrimento do Brasil até o século XIX, se perceberia – uma frase muito bonita – que a “atmosfera era um campo de cultura”. A ação humana modifica não só o chão, mas também a atmosfera. Agora, isso tudo é parte de uma história intelectual onde não cabia falar em historiadores ambientais, mas que apresenta momentos em que letrados faziam reflexões próximas dessa perspectiva. Quando se chega em Euclides e principalmente em Capistrano de Abreu, percebe-se que há neles uma preocupação com a abordagem geográfica. É verdade que o instrumental conceitual que eles usavam estava bastante marcado por ciências naturais muito rígidas, com uma tendência muito grande ao determinismo e a uma percepção da natureza moldando a vida humana. Essa percepção é bem diferente da perspectiva ecológica que a gente adota hoje, de uma interação biocultural dinâmica e aberta. No século XX, podemos observar no Brasil formulações mais sofisticadas, que já estavam dialogando com as diversas correntes de ecologia que vinham se constituindo no século XX. No caso de Gilberto Freyre, ele conhece nos Estados Unidos as aproximações que estavam acontecendo entre a ecologia, a antropologia e a sociologia, como no caso da chamada “ecologia cultural” ou da Escola de Chicago de sociologia urbana. Ele estava também atento às novas perspectivas geográficas que surgem com Carl Sauer, nos Estados Unidos, a ideia de “morfologia da paisagem”, ou com o possibilismo de Vidal de La Blache, na França (com quem os historiadores dos *Annales* dialogaram intensamente). Assim, você encontra em um livro de Freyre na década de 1930, *Nordeste*,²² tudo isso confluindo de uma forma muito rica. Ele comenta a formação da paisagem do mundo da cana na região e trabalha a relação da cana com os animais, com as matas, com as águas, com os solos, com os seres humanos. Ele analisa a interação desses elementos todos. Mas vale notar que Gilberto Freyre não estava simplesmente trazendo a ecologia dos Estados Unidos para o Brasil. Ele estava, na verdade, fazendo uma ecologia própria. E ele explicita isso, dizendo

²² FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004.

que não queria uma ecologia geométrica e sim uma ecologia que levasse em conta o social, o cultural e até o poético. Outro autor que eu considero fundamental nessa história ambiental pré-institucional é Sérgio Buarque de Holanda, principalmente em *Caminhos e fronteiras*²³ e outros trabalhos sobre a expansão na direção do centro-oeste, o chamado bandeirantismo. A partir dos próprios desafios práticos que a investigação minuciosa que ele fazia colocava – e dialogando com tendências historiográficas da sua época, com os *Annales*, com a história da civilização material etc. – ele começa a se perguntar, por exemplo, sobre a vestimenta dos chamados bandeirantes. Que vestimenta era essa? Eles usavam botas? Mas como usavam botas se o mundo tropical é cheio de banhados e pântanos e húmus na Mata Atlântida? Ao perguntar pela roupa, Buarque de Holanda questiona aquela iconografia estereotipada do bandeirantes de botas. E ele vai chegando na coisa de andar descalço, de andar com muita pouca roupa e com isso entra na questão cultural da presença ameríndia, do modo ameríndio de se movimentar, o próprio conhecimento das passagens pelo território. Ele se pergunta como eles comiam, onde encontravam água, onde encontravam remédios para as doenças que surgiam naquele contexto. Tem o famoso capítulo sobre a botica da natureza, onde eles estão buscando formas de terapia na flora e na fauna locais. O que ele estava fazendo era uma investigação da vida vivida no mundo. Pois, no fundo, a história ambiental é isso, a vida vivida ao longo do tempo no mundo, a história contada a partir do chão. E o mundo é um mundo cheio, um caleidoscópio de formas de vida. É um mundo colorido, não um mundo vazio e abstrato. Assim, na historiografia brasileira você tem muitas manifestações ricas neste sentido.

AIC – Professor, a sua pesquisa mais contemporânea tem sido sobre o processo de territorialização do Brasil.²⁴ Você poderia nos falar de que forma esse processo tem vínculos com os estudos regionais ou com os processos de regionalização no Brasil?

JAP – Esse é um campo que eu venho trabalhando atualmente e que é muito propício para um periódico que tem o nome de *Revista de História Regional*. A história ambiental, ao ser uma história situada, vem ao encontro da história regional. Na medida em que você pensa que a história ambiental é uma história que precisa estar aterrada, precisa estar localizada, ela presta muita

²³ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²⁴ PÁDUA, José Augusto. Nature and Territory in the Making of Brazil. *RCC Perspectives*, v. 2013/7, p. 33-39, 2013.

atenção à diversidade regional. O mundo, como eu já frisei aqui algumas vezes, não é um mundo uniforme, abstrato, ele é diversificado. Em cada lugar, existem diferenças de biodiversidade, de composição de solo, de composição de atmosfera, e tudo isso está na experiência do viver histórico. Mas é claro que existem também os espaços e dinâmicas de confluência. Os lugares e regiões não estão isolados. Existe um universo de conexões. Mas estas conexões passam também por certas identidades que existem, por exemplo, ao longo do mundo tropical, ao longo do mundo temperado, ao longo das grandes regiões ecológicas do planeta. Você pode falar de macro e micro regiões do planeta. Mas muitas vezes se tomam as especificidades ecológicas dessa região de maneira a-histórica. Muitos imaginam que as características de cada paisagem são componentes naturais e permanentes das mesmas. Só que em uma visão de longa duração se percebe como são também construções ao longo do tempo, inclusive através da ação humana. Por exemplo, a concentração de açaizeiros na várzea do Rio Amazonas. Cada vez mais uma biogeografia histórica fala que isso tem a ver com a presença da ação humana na longa duração. O uso do açaí foi adensando a presença da palmeira em algumas regiões. O mesmo pode ser dito da concentração de araucárias nos planaltos de algumas regiões do sul do Brasil, pois há estudos que apontam que a presença humana na longa duração contribuiu para adensar a quantidade dessas árvores. Eu hoje penso que a história em geral, mas a história ambiental mais especificamente, ganha uma consistência muito grande quando nós pensamos territorialmente, quando nós territorializamos a análise histórica. No caso do Brasil especialmente, há algumas singularidades porque é um dos grandes territórios nacionais do planeta. É um território que foi quase que herdado *in totum* da América portuguesa, na medida em que essa herança política foi aceita pelos países vizinhos que surgiram da desintegração da América espanhola. É uma história diferente da dos Estados Unidos que começa com o território relativamente pequeno, vai se expandindo e tem toda a ideologia do destino manifesto de chegar de um oceano ao outro. No caso do Brasil, as elites políticas já herdaram um imenso território, muito maior do que elas eram capazes de ocupar e manejar. Era um território formalmente enorme nos mapas e nos tratados diplomáticos, mas que na vida vivida era composto por algumas manchas de ocupação mais densa cercadas por gigantescos sertões. Esses sertões, ou esses fundos territoriais – que é um termo mais técnico que alguns geógrafos históricos utilizam hoje – aparecem muitas vezes nos mapas como espaços vazios. Mas não eram nada vazios. O que existia ali, na verdade, era uma abundância de

formas de vida, de florestas tropicais, cerrados, caatingas, campos gerais, savanas e pampas etc. E havia também a presença de populações, um caleidoscópio de populações ditas ameríndias. A formação do Brasil como país pode ser entendida a partir do movimento dessas manchas de territorialidade regional, controladas por oligarquias locais, que vão se conectando ao longo do tempo por diferentes caminhos, por terra, por mar, por processos de expansão da fronteira. Nesses processos de expansão da fronteira aconteceram choques com populações indígenas que não faziam parte do Brasil propriamente dito, quer dizer, populações que estavam no território que era considerado formalmente Brasil, mas não tinham essa referência, não eram, do seu ponto de vista, parte do Brasil. E também acontecem fricções e choques com os ecossistemas, com as florestas, com os cerrados, num movimento, muitas vezes, de destruir e converter esses ecossistemas em espaços de agricultura, pecuária ou outras formas de atividade econômica. Nós podemos pensar o Brasil, desde a América portuguesa, como um arquipélago de regiões que mais tarde veio se construindo institucionalmente como país. O ponto de partida são diversas situações regionais de conquista e domínio eurodescendente. nas quais vieram acontecendo mestiçagens culturais e encontros com a diversidade da natureza que se expressaram na alimentação, na tecnologia, na civilização material, na cultura, no entendimento do mundo. Até hoje, apesar do tamanho da população e da tecnosfera ser incomparavelmente maior, assim como a disseminação de conexões sociais e técnicas ao longo do território, o Brasil se caracteriza por uma forte diversidade regional. Por isso falo na necessidade de prestarmos atenção no país e seus biomas, na diversidade da natureza e nas configurações regionais que foram acontecendo. A história de cada região, conectada com outras histórias regionais e também com os movimentos da história mundial, é uma chave para nós pensarmos a formação do Brasil.

AIC – Professor, há um debate de ponta muito interessante, e do qual você tem participado, que se configura em torno do conceito do Antropoceno. Você poderia, por gentileza, nos situar, mesmo que de forma introdutória, sobre os princípios que têm norteado essa discussão?

JAP – Faz parte do processo de globalização no sentido histórico mais profundo. Eu penso que a globalização está muito relacionada com o movimento da modernidade, com as transformações dos últimos séculos, no sentido das industrializações, das migrações, das mudanças e trocas culturais, das inovações tecnológicas que vieram construindo uma humanidade muito

mais global e interdependente. Um dado fundamental foi a entrada dos combustíveis fósseis nos sistemas produtivos, nos sistemas de transporte etc. Eu gosto mais de pensar numa história conectada do que na história de um sistema mundial. Eu acho que a ideia de sistema mundial vem muito de cima para baixo, existe um sistema e os componentes se comportam como elementos desse sistema. E a história conectada, que hoje vem sendo trabalhada por alguns autores, se constrói na vida das sociedades, nos movimentos culturais, sociais e econômicos. Na dinâmica dos ecossistemas, os seres vivos vão criando conexões e redes. Na história humana se constroem conexões sociais articuladas com as conexões ecossistêmicas do mundo onde vivemos. Mas existem nesse processo mudanças nas escalas da vida social. A disponibilidade de determinadas fontes de energia são fundamentais para isso. Quando se considera a entrada dos combustíveis fósseis nesse mundo moderno que já vinha se globalizando, vemos que ela ajuda a mudar completamente a escala da presença humana no planeta. Até então, a humanidade tinha um impacto bastante pequeno nas grandes estruturas do planeta, ou do que alguns estão chamando de “sistema Terra”. É claro que a ação humana vinha produzindo desflorestamentos ou desertificação em escala local, assim como construindo paisagens diversificadas e sustentáveis. A ação humana não é só destrutiva, ela também é construtiva. Como diz o Simon Schama,²⁵ algumas das mais belas paisagens do planeta foram criadas com a forte presença da ação humana. Mas com a entrada dos combustíveis fósseis, as curvas da presença humana na Terra começam a crescer: o consumo de energia, o tamanho da população, o tamanho das cidades, a presença da tecnosfera humana etc. E na continuidade desse processo, principalmente a partir de meados do século XX, surge o que alguns historiadores vem chamando de “a grande aceleração”. Essa grande aceleração continua hoje. Basta nós pensarmos que em meados do século XX havia cinquenta milhões de automóveis no planeta e hoje existem cerca de um bilhão de automóveis. A população passou de três bilhões de pessoas para os atuais sete bilhões. Quer dizer, em sessenta anos houve uma expansão enorme. Olhando as curvas de consumo mundial de energia, se observa o crescimento relativamente lento ao longo do século XIX, apesar de muito maior do que existia antes. A partir de 1950, a curva fica quase na vertical. É nesse contexto que Paul Crutzen, Prêmio Nobel de Química e estudioso das questões ambientais globais, disse que estava acontecendo

²⁵ SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

uma mudança na escala da presença humana no planeta.²⁶ De um ser biológico como outro qualquer, o ser humano estava se transformando em um agente geológico. Ou seja, a humanidade está se tornando um elemento que realmente afeta o planeta como um todo. E ele sugeriu que isso demanda uma nova classificação. A geologia denomina a época que decorre a partir do final da última glaciação como Holoceno – que é um momento, aliás, dos mais propícios ao desenvolvimento da vida humana neste planeta. Até onde conhecemos esta gigantesca duração da história da Terra, de quatro e meio bilhões de anos, o planeta está, apesar dos furacões e terremotos que ocorrem eventualmente, em uma das suas configurações mais estáveis e “tranquilas”. Não é determinismo geográfico, mas também não é uma coincidência irrelevante o fato de que foi exatamente nesse contexto que emergiram as grandes estruturas da civilização, cidades e infra-estruturas muito mais pesadas em relação ao que existia antes: sociedades organizadas em pequenos grupos de caçadores-coletores ou aldeias agrícolas. Crutzen sugeriu que estamos saindo do Holoceno e entrando no Antropoceno, momento em que o ser humano passa realmente a afetar o destino do planeta, principalmente em algumas de suas esferas (como a atmosfera e a biosfera). Alguns historiadores vêm fazendo um esforço hoje em dia de pensar a gravidade e a relevância histórica dessa mudança, propondo uma periodização mais precisa. Segundo John McNeill,²⁷ por exemplo, a formação do mundo industrial a partir do século XVIII seria o momento 1 do Antropoceno; a grande aceleração, a partir de meados do século XX, seria o momento 2. No presente estaríamos vivendo a emergência de um Antropoceno 3.0, o Antropoceno consciente de si mesmo. Materialmente nós estamos vivendo ainda a grande aceleração. Nós vamos ter nove bilhões de pessoas por volta de 2050 e o consumo de energia continua crescendo muito. Mas a ideia de um Antropoceno 3.0 passa pela visão da modernidade reflexiva, para usar o termo do Anthony Giddens.²⁸ Ou seja, com o grande crescimento no número de pessoas que sabem ler e escrever, dos meios e das redes de comunicação, das instituições de pesquisa científica e tecnológica, estamos vivendo uma explosão de informações, de dados, de grandes debates sobre os problemas e o futuro da humanidade como um todo e do

²⁶ CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The “Anthropocene”. *Global Change Newsletter*. 41, 2000, 17–18.

²⁷ MACNEILL, John. Et al., The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, 369, 2011.

²⁸ GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. *Modernização Reflexiva*. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

planeta enquanto tal. O Antropoceno 3.0 seria um desejo, uma expectativa de que, a partir da explicitação da percepção que a humanidade mudou a sua escala de presença no planeta, seja possível nós discutirmos de uma forma mais consciente o futuro da humanidade, trazendo para o centro do debate a questão da sustentabilidade, a questão da responsabilidade humana em relação à biodiversidade do planeta etc. Isso traz para a investigação histórica, para o conhecimento histórico, desafios extraordinários. De uma certa maneira, é preciso repensar todo o conhecimento humano no novo contexto do Antropoceno.

RL – Na atualidade, a produção do conhecimento histórico tem estado atenta às múltiplas linguagens e interpretações votadas ao cotidiano, ao lugar, ao específico, ao particular, em detrimento de argumentações espaço-temporais mais ampliadas, da longa duração. A história ambiental, por sua vez, nos tem servido como mais um lugar de sensibilidade na prática historiadora. Você muito especialmente tem nos convidado a repensar as temporalidades mais longínquas da vida do e no planeta. Como você avalia esse panorama, aparentemente paradoxal; de um lado o local e o específico e, por outro lado, da temporalidade longeva?

JAP – Eu diria que a palavra chave é conexão, história conectada. Mas uma história conectada ampla, que perceba não apenas as conexões sociais e culturais, mas também as conexões profunda entre o viver humano e a ecologia do planeta em toda a sua diversidade. Nós estamos vivendo uma experiência histórica única. Em relação ao passado da humanidade, o século XX representa uma mudança muito forte nas escalas materiais da vida humana, na explosão de informação, na ampliação dos canais comunicativos. E, ao mesmo tempo, podemos perceber os limites analíticos das abordagens hiper-holísticas, das grandes narrativas generalizantes. A vida vivida continua acontecendo em lugares específicos, ela continua sendo situada em contextos geográficos regionais. Mas cada vez mais esses lugares específicos estão intensamente conectadas com realidades mais amplas, sejam ao nível nacional, ao nível macrorregional ou ao nível internacional. Nós estamos vivendo um mundo que se conecta do micro ao macro com uma velocidade muito grande. Se nós dissolvermos tudo no macro, empobrecemos significativamente o conhecimento da realidade histórica porque, repito, a vida continua sendo vivida em lugares específicos. Mas pensar o local de forma isolada é também cada vez mais enganoso. Então, através da perspectiva de uma história regional ampliada, e a história ambiental contribui bastante

para isso, a gente vai reconhecendo a diversidade, a especificidade dos lugares na chave do “devir biocultural”. Os lugares que se diferenciam pela interação entre diversidade biofísica e diversidade da formação social, cultural etc. Por outro lado, a história dos lugares precisa estar atenta ao global, às grandes transformações que o Antropoceno vem produzindo nos mais diferentes contextos geográficos. Uma sociedade tribal isolada em Papua Nova Guiné, por exemplo, está sendo afetada pelas mudanças climáticas globais produzidas pela queima de combustíveis fósseis! É perceptível cada vez mais essa característica da história contemporânea de ser uma sobreposição de tempos, de tecnosferas, de percepções do mundo. Nós temos ainda no Brasil, nas fronteiras amazônicas, grupos indígenas que continuam, neste momento, sem “saber” que fazem parte do Brasil. Ou melhor dizendo, a história institucional do país Brasil se sobrepôs à realidade que elas viviam antes, sem que o contato direto tenha sido estabelecido. Eu escutei pessoalmente a fala de líderes indígenas que na década de 1970 não sabiam da existência do Brasil, não sabiam da existência dos estados da região Amazônica. E existem ainda hoje grupos não contatados. Mas eles estão vendo helicópteros passarem, estão se chocando com madeireiros, com barcos, com toda uma vida material e cultural que é completamente estranha a eles. É como se fossem diferentes pontas e padrões da vida humana se tocando em lugares e momentos específicos dessa história do tempo presente. E existe, ao mesmo tempo, a presença de amplas redes comunicativas, que são redes quase imateriais que possuem um grande impacto na vida concreta ao nível local. Alguém pode estar no interior de uma região relativamente distante das grandes cidades, na Amazônia ou em qualquer outro lugar, e ter acesso a documentos, bibliotecas, obras de arte e músicas do planeta inteiro. Isso é, possivelmente, o aspecto mais positivo da globalização. Mas há os aspectos negativos também. Por exemplo, populações quilombolas que estavam vivendo há mais de um século uma vida livre e independente na região do Rio Trombetas, no Pará, descobriram algumas décadas atrás que estavam em cima de uma das maiores reservas de bauxita do mundo! Descobriram por meio de agentes exógenos que chegaram dizendo que precisavam daquela bauxita para produzir alumínio. Os conflitos foram muito grandes. Esse é apenas um entre inúmeros exemplos. Ou seja, as conexões entre o local e o global produzem fricções e encontros de diferentes qualidades e repercussões sociais, alguns verdadeiramente trágicas. Mas também abrem possibilidades inéditas de articulação cultural e política, inclusive em termos de formas alternativas de produção e consumo. De toda forma, precisamos de

um entendimento histórico cada vez mais amplo, aberto, lúcido e complexo, que corresponda aos movimentos históricos presentes em um mundo que também está ficando cada vez mais complexo e surpreendente.

RL – A gente só pode agradecer.

AIC – Muito obrigada pela entrevista!